li 1/2 424, de 4 de setembro de 2009



ESTADO DE MINAS GERAIS



## Projeto de Lei nº16 de 2009

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Tocantins – MG

A Câmara Municipal de Tocantins aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Especial no valor de R\$101.100,00 (cento e um mil reais) inserindo no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, às seguintes dotações:

Programa: Transporte Escolar - Ensino Superior : 2.06.00.12.364.003.2.0078 Elemento de despesas

Descrição	Conta	Valor \$
Material de Consumo	3.3.90.30	12.000,00
Venc Vantagens Fixas-Pessoal Civil	3.1.90.11	5.000,00
Contratação Tempo Determinado	3.1.90.04	5.000,00
Obrigações Patronais - INSS	3.1.20.13	1.050,00
Obrigações Patronais - FAPSEM	3.1.91.13	1.050,00
Outros Serviços Terceiros - PJ	3.3.90.39	35.000,00
Outros Serviços Terceiros - PF	3.3.90.36	2.000,00
Totalizando		61.100.00

Programa: 2.02.00.04.421.0001.2.0079 - Convênio com a Secretaria de Estado de Defesa Social

Contribuições

3.3.30.41

Valor R\$ 40.000,00

2/



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 2. Para ocorrer o disposto no artigo anterior poderão ser anuladas parcial ou totalmente dotações orçamentárias ou se utilizar o excesso de arrecadação, conforme disposto nos incisos II e III, §1º do Art.43 da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.4º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tocantins, 13 de agosto de 2009.

Silas Fortunato de Carvalho Prefeito Municipal



## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº16/2009

Trago a essa Edilidade a presente proposição que busca uma autorização legislativa para abertura de crédito especial com objetivo de execução de ações que não fizeram parte do orçamento e que se mostram indispensáveis ao funcionamento do executivo.

A necessidade de abertura do crédito especial em questão, juntamente com a criação da referida dotação orçamentária, se faz devido a inexistência dos mesmos na Lei Orçamentária para 2009, o que impede o Executivo Municipal de desenvolver as atividades de transporte escolar de alunos do ensino médio e superior.

Outra dotação necessária é a que permite efetuarmos pagamentos decorrentes de convênio com a Secretaria de Estado de Defesa Social para utilizarmos mão-de-obra de detentos em obras públicas, o que resultará em economia e retorno social com a possibilidade de ressocialização destas pessoas.

Por fim, cumpre salientar que o orçamento já está em curso, razão pela qual solicitamos que esta matéria seja apreciada com urgência, agradecendo desde já a presteza e atenção.

Tocantins, 13 de agosto de 2009.

Atenciosamente.

Silas Fortunato de Carvalho Prefeito Municipal de Tocantins